



LEVANTAMENTO DE AUDITORIA RESÍDUOS SÓLIDOS



CONTEXTO



Destinação/Disposição Inadequadas



Contaminação do solo, de mananciais e de lençóis freáticos



Condições de trabalho degradantes dos catadores de material reciclável



Problemas de saúde pública devido ao Aedes Aegypti



Aumento das emissões de gases de efeito estufa

OBJETIVOS DO LEVANTAMENTO



Análise da institucionalização e da normatização da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Principais temas abordados

Disposição final ambientalmente adequada

Logística reversa

Responsabilidade compartilhada

Planos de gestão de resíduos sólidos

RESULTADOS ENCONTRADOS



Ausência de aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos



Não implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR)

Baixa implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em função de fragilidades no planejamento, na avaliação, na fiscalização, na transparência e no monitoramento das ações governamentais



Dificuldades de estados e municípios para disposição ambientalmente adequada de resíduos e encerramentos dos lixões



Falta de participação dos estados, municípios, iniciativa privada e sociedade civil nos comitês da PNRS

Dados levantados



27 unidades da federação

apenas **nove** possuem Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos



5.568 municípios

apenas **2.325** possuem Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos



5.568 municípios

apenas **2.255** dispõem corretamente seus rejeitos em aterros sanitários

PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DO TCU

- ✓ Determinar ao MMA e ao MAPA que atualizem e aprovem o Plano Nacional de Resíduos Sólidos
- ✓ Determinar ao MMA que implante o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos
- ✓ Autorizar a realização de auditoria operacional para avaliar a disposição correta dos rejeitos e o encerramento dos lixões